

2007/03/24

## O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (3ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

### 3ª Parte: Os Novos Campos de Estudo da Geopolítica

#### A Geopolítica Crítica

O fim da Guerra Fria fez sugerir a muitos que a compreensão dominante da política global era agora de globalização e de transcendência das fronteiras tradicionais dos estados por fluxos e interligações da economia e da cultura. Em parte, a focalização actual nos fluxos e nas ligações e práticas políticas que atravessam fronteiras, sugerem que a política é hoje sobre novas formas de comunicação, comunidades virtuais, capital rápido e guerras cibernéticas.

Desde meados dos anos 1980's, as críticas às teorias universalistas levaram à redescoberta de conceitos como "lugar", "identidade regional", "cultura", etc. Isto provocou uma tendência generalizada nas ciências sociais em dar maior atenção à importância do "lugar" para a actividade humana. O poder, o espaço e o tempo pareceram tomar formas diferentes numa sociedade informacional do que aquelas com o sentido de localização, hierarquia e organização das sociedades industriais.[1] Uma das influências mais subtis foi a "informacionalização" dos meios sociais de produção, de consumo, de administração e de destruição, quando o impacto global da massificação das telecomunicações, da computorização electrónica, da automatização cibernética e da rapidez dos transportes, começaram a ser sentidas por mais gente.

A Geopolítica Crítica é uma escola de pensamento radical, surgida nos anos 1990's, que se coloca em oposição à Geopolítica clássica. Conceptualiza a Geopolítica como um conjunto complexo de discursos, representações e práticas, em vez de uma ciência coerente, neutral e objectivista. Baseada na escola de pensamento pós-estruturalista, preocupa-se, na sua essência, com a interacção e a contestação dos discursos geopolíticos. A orientação pós-estruturalista defende que as realidades do espaço político global não se revelam apenas a observadores omniscientes e separados. Ao contrário, o conhecimento geopolítico é parcial e localizado, fruto de posições subjectivas particulares. A visão que qualquer pessoa tem do mundo é um conceito subjectivo, dependente das suas próprias avaliações, percepções e objectivos. Neste contexto, as práticas geopolíticas resultam de agrupamentos complexos de ideias e discursos em competição que, por seu turno, modificam. Não existem verdades universais! A prática geopolítica não é, por isso, directa ou natural. A Geopolítica Crítica desmonta os modos como as elites políticas descreviam e representavam os locais no seu exercício do poder.

Além disso, na Geopolítica Crítica, dado que o conhecimento geopolítico é tido como parcial, localizado e integrado, os Estados-Nação não são as únicas unidades legítimas de análise geopolítica. Em vez disso, pensa-se que o conhecimento geopolítico é mais difuso, em que aos discursos "formal" e "prático", se junta o discurso "popular". A Geopolítica "popular" diz respeito ao modo como se produz e reproduz a compreensão leiga dos assuntos geopolíticos através da cultura popular, sendo por isso uma relação recursiva entre a cultura e a consciência populares.

A Geopolítica "formal" refere-se à cultura geopolítica dos actores mais tradicionais. Presta atenção ao modo como os actores da política externa formal (incluindo académicos e *think-tanks*)[2] medeiam os assuntos geopolíticos. A Geopolítica "prática" descreve a prática real da estratégia de política externa. Os estudos focam quer a acção, quer o raciocínio geopolíticos, e como se ligam com os discursos "popular" e "formal". Uma vez que a Geopolítica crítica se preocupa com o discurso, a Geopolítica "prática", presta atenção às acções, mas também às estratégias utilizadas nos discursos utilizados para as sustentar.

A Geopolítica Crítica está normalmente associada a um grupo de académicos "dissidentes" onde se incluem **John Agnew**, **Simon Dalby** e, principalmente, **Gearóid O'Tuathail**.

Uma perspectiva crítica do significado da "guerra do Golfo" é dada por **Timothy Luke**, num artigo de 1991: "*o estilo de raciocínio do tempo da guerra fria continua a dominar o pensamento estratégico americano, tal como a premissa da contenção, dirigida agora contra qualquer entidade ameaçadora, em vez de contra simplesmente o comunismo, e a política de equilíbrio de poderes alicerça a resposta de Washington a crises externas*". Luke descreveu como a globalização económica, cultural e política, e o caminho para uma forma de capitalismo corporativo mais transnacional e informacional, estavam a transformar os princípios tradicionais básicos da política mundial, como a

soberania do Estado, a integridade territorial e as comunidades ligadas aos seus locais. Na sua opinião, o poder já não estava ligado ao “lugar”, mas *“também flutua muitas vezes entre, sobre e sob as fronteiras colocadas no espaço ao mesmo tempo que novos sentidos de localização artificial se tornam mais móveis e fluidos, definidos pelas condições mutáveis das redes de informação que transportam esses fluxos”*. Quer o espaço, quer a velocidade, tornaram-se num espaço híbrido que se entrelaça, à medida que a territorialidade do sistema de estados estava a ser sufocado pelas redes globais de telecomunicações e do capitalismo corporativo transnacional. Na condição de pós-modernidade, o real tornou-se “hiper-real”, ou mais real que o próprio real, quando informacionalizado e televisionado.[3]

Os novos campos de pesquisa na Geopolítica[4]

#### A. A Geopolítica ambiental

Um dos mais importantes novos campos de interesse e de pesquisa diz respeito às políticas e movimentos ecológicos e aos conflitos políticos com contornos ambientais: é a “Geopolítica ambiental”. Desde o princípio da década de 1970’s, muitas questões ambientais foram consideradas como assuntos de preocupação global. A pesquisa sobre estes temas levou à elencagem de ameaças ambientais como o esgotamento da “camada do ozono”, a perda de biodiversidade e a alteração climática global, consideradas por muitos analistas como desafios políticos cruciais do século XXI. De facto, as tensões entre a exploração dos recursos naturais e a regulamentação política sobre a preservação ecológica, tendo como objectivo uma gestão sustentável dos recursos, devem ser objecto de estudo, investigação e acção.

Florestas estão a ser destruídas e pessoas desalojadas; a possibilidade de roturas como resultado de alterações climáticas tem de ser levada a sério; a diminuição do buraco do ozono é um perigo real para os ecossistemas e para a saúde humana. O modo como estes assuntos são apresentados, e quem é apontado como fonte do problema, quem pode eventualmente fornecer a possível solução, ou quem deve tomar decisões sobre ele, é um assunto importante e entra na esfera da Geopolítica.

No início da década de 1980’s, muitos argumentavam que o desenvolvimento e as preocupações ambientais tinham de ser compreendidas como complementares. O “Relatório Brundtland” (1987), assim conhecido por ter sido elaborado sob a orientação da Primeiro Ministro norueguesa de então, publicou um programa que era um compromisso entre aqueles dois aspectos.

Mas a compreensão das dimensões ambientais da Geopolítica contemporânea requer atenção política, porque se sabe serem fonte de ameaças à saúde e à riqueza que têm dimensão internacional. Alargar o conceito de segurança para abranger novas ameaças que necessitam gestão e controlo pelos estados e por organizações internacionais, foi uma resposta óbvia às novas circunstâncias.

Um artigo especialmente alarmista sobre estes assuntos, e que influenciou bastante os círculos políticos, foi “A anarquia que aí vem”, escrito por **Robert D. Kaplan** em 1994, onde se sintetizavam as preocupações sobre as causas ambientais do caos e do colapso dos estados. Muitas das novas ameaças eram interpretadas como fenómenos globais, em que o crescimento populacional, o buraco do ozono, a água como recurso escasso, a perda de biodiversidade e as alterações climáticas são os exemplos mais óbvios do que se passou a chamar “segurança ambiental”. Em África, por exemplo, está a formar-se uma fronteira impenetrável que ameaça isolar todo o continente: a fronteira da doença! Segundo Kaplan, a África está a tornar-se mais perigosa do que em meados do século XIX, antes de serem inventados os antibióticos.[5]

Com base no pressuposto que o planeta é um “recurso” que pode ser administrado, o discurso do “desenvolvimento sustentado” pode tornar-se perigoso e permitir injustiças e a continuação da degradação ambiental. O desenvolvimento praticado no último meio século assume a separação entre a humanidade e a natureza.

As práticas tradicionais de recolha de alimentos e de agricultura produzem muitas vezes alimentação de subsistência mas não para comercialização. As populações que sobrevivem em economias tradicionais, também não têm títulos legais sobre terras e partem do princípio que o ambiente está ali para cuidar e se viver nele, de forma comunal. Confiam nos ecossistemas naturais intactos para ter comida, medicamentos e água potável. Estes modos de vida são muitas vezes rejeitados como sendo primitivos e irrelevantes. A tarefa de modernização é normalmente compreendida como devendo converter aqueles ambientes e os seus habitantes em empreendimentos comerciais “produtivos”.

As elites políticas dos estados interessados em “desenvolver” os seus recursos, vêem por vezes a

defesa das populações indígenas como interferências na sua soberania, e os ambientalistas são, por consequência, vistos como uma ameaça à segurança nacional.

É tempo de compreender o ambiente pelo que ele é: um importante assunto de segurança nacional do século XXI! O impacto político e estratégico do aumento populacional, do aumento de doenças, da desflorestação, da erosão dos solos, da falta de água, da poluição atmosférica, de regiões superpovoadas e, possivelmente, da subida do nível do mar, irão originar migrações em massa, incitar a conflitos e serão o fundamento e o grande desafio das políticas externas. Enquanto que uma minoria da humanidade estará, como Fukuyama prevê, suficientemente protegida para entrar num período “pós-histórico”, um cada vez maior número de gente estará “presa” na história, vivendo em “favelas” onde as tentativas de sair da pobreza, da luta étnica e da marginalidade cultural, estarão condenadas pela falta de água potável, terra para cultivar e espaço para sobreviver. Em vez de fronteiras, passarão a existir “centros de poder”, como na Idade Média [6]

#### B. A globalização e as novas relações internacionais

O campo das relações internacionais tem-se expandido desde o fim da “guerra fria”, incluindo os temas da “globalização” e da “internacionalização”, muito actuais. Para além da execução da política externa, um novo campo de interesse e de investigação é a influência geopolítica de actores supranacionais e os seus interesses estratégicos, que estão a ganhar cada vez mais importância no contexto da globalização. Esses actores podem ser formais, político-económicos ou militares (ONU, UE, OTAN, IMF, etc.), ou informais (ONG's organizadas globalmente, empresas multinacionais e o seu *lobbying* transnacional, etc.).

#### C. Conflitos regionais e novos movimentos sociais

Novos conflitos sobre questões de poder e de controlo territoriais, bem como sobre fronteiras, surgem com escalas de importância variáveis. Para alguns analistas, a questão central já não é “onde fica a fronteira”, mas “como, de que modo, e face a que resistência pode a fronteira ser imposta e ritualizada?”

Na última década e meia, novos movimentos sociais surgiram no contexto dos conflitos sobre o uso da terra, ao nível local e regional, em particular em países em vias de desenvolvimento. Esses movimentos entram frequentemente em conflito sobre a distribuição de recursos entre os centros de orientação globalizadora e as regiões periféricas. Neste campo, a política deixou já de pertencer apenas aos políticos. A variedade e a origem geográfica dos grupos de interesse em conflitos locais ou regionais cresceu significativamente.

#### D. A política de identidade

Face às revoluções sociais e políticas da pós-modernidade, a construção de identidades territoriais e a política de identidade são campos importantes de pesquisa geopolítica. Do ponto de vista da “Geopolítica Crítica”, é aí que a “construção de identidades” (nações, regiões, etnias, por vezes religião) e a sua instrumentalização estratégica para finalidades geopolíticas se movem para o centro do palco. Do mesmo modo, a pesquisa sobre as implicações geopolíticas da identidade de género ou de sexo, a sua representação simbólica e o seu poder territorial (i.e. a construção de um espaço político) ganha a sua importância.

#### A Anti-Geopolítica[7]

A Geopolítica é, como escreveu um analista, “*um discurso sobre um Estado, orientado politicamente e inspirado na sua posição no mapa*”. Reclama-se de objectividade, garantida pela sua atenção nas condições perduráveis do ambiente físico, e de uma perspectiva imparcial da política internacional, “limpa” de ideologia, representando um discurso determinista que analisa a política baseada na geografia. Porém, como se pode verificar anteriormente, o conhecimento geopolítico tende a ser construído a partir de locais e posições de poder político, económico e cultural. Porém, existem milhares de histórias alternativas que podem ser contadas da perspectiva daqueles que resistem ao Estado e às práticas geopolíticas. Estas histórias de resistência podem caracterizar-se como “Geopolítica dos níveis inferiores”, saídas de posições sociais subalternas que desafiam a hegemonia militar, política, económica e cultural do Estado e das suas elites. Em contraste com a Geopolítica, a Anti-Geopolítica acentua o papel das ideias, a capacidade dos seres humanos em fazer escolhas e de defender essas escolhas, bem como a possibilidade de mudança, apesar das restrições de condições objectivas.

A Anti-Geopolítica pode ser imaginada como uma força ética, política e cultural dentro da sociedade, que desafia a noção que os interesses da classe política do Estado são idênticos aos interesses da comunidade. Afirma uma independência permanente do Estado, quem quer que esteja no poder, e

articula duas formas inter-relacionadas de luta anti-hegemónica. Em primeiro lugar, desafia o poder geopolítico material (económico e militar) dos Estados e instituições globais; em segundo lugar, desafia as representações impostas pelas elites políticas para servir os seus interesses geopolíticos. A Anti-Geopolítica mostra quão profundamente ideológica pode ser a Geopolítica, revelando “a política escondida do conhecimento geopolítico”, segundo as palavras de O’Tuathail.

Apesar das práticas anti-geopolíticas estarem normalmente localizadas dentro das fronteiras políticas de um Estado, sendo este o adversário principal, nem sempre assim acontece. Com a intensificação do processo de globalização, os movimentos sociais estão a tornar-se cada vez mais transnacionais, desafiando as principais instituições internacionais e estruturas globais de poder.

A Anti-Geopolítica não é um assunto de hoje. A desobediência civil de Gandhi e os movimentos políticos nacionalistas de descolonização do período após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial podem ser definidos como a luta social das populações, combinada ou não com a luta armada. Nos EUA, os movimentos anti-guerra do Vietname e de direitos civis, contra a segregação e discriminação raciais, liderada por Martin Luther King foram, nos anos 1960’s, outro exemplo de Anti-Geopolítica. Estabeleceram a ligação entre o imperialismo fora das fronteiras e o racismo e a pobreza dentro do país. Na Europa de Leste, enquanto a URSS apoiava movimentos revolucionários no “Terceiro Mundo”, as ideias dissidentes de Václav Havel, líder da escola geopolítica checa, e Andrei Sakharov, entre outros, eram consideradas fora da lei. Aí se engloba, do mesmo modo, o “movimento de paz” na Europa Ocidental, contra a colocação dos mísseis de cruzeiro e Pershing-II.

**George Konrad**, um húngaro que escreveu durante a Guerra Fria, definiu a Anti-Geopolítica como uma força moral da sociedade civil que articulava a desconfiança e rejeição públicas do monopólio de poder da classe política dentro do Estado – um poder brandido contra as populações através de legislação repressiva (i.e. a censura). Esta força moral não pretendia derrubar o poder político, mas opunha-se à opressão que ele exercia sobre as populações.

“Qualquer que seja a ideologia defendida por um político, o que ele diz é apenas um meio para ganhar e manter o poder. Um político para quem o exercício do poder não seja um fim em si mesmo, é uma contradição (...) A anti-política é a actividade política daqueles que não querem ser políticos e que recusam a sua quota de poder.(...) é um contra-poder que não o toma e que nem sequer deseja fazê-lo. (...) A anti-política e o governo trabalham em duas dimensões e esferas diferentes. A anti-política não apoia nem se opõe a governos; é diferente. Os seus apoiantes estão bem onde e como estão; vigiam o poder político, exercem pressão com base apenas no seu estatuto cultural e moral. É o seu direito e a sua obrigação mas, acima de tudo é a sua autodefesa. (...) A anti-política é a rejeição do monopólio do poder da classe política. (...) Se a oposição política ganhar o poder, a anti-política mantém-se à mesma distância e mostra a mesma independência do novo governo.”[8]

Com o desmembramento da URSS e a “Guerra do Golfo”, criou-se uma nova ordem mundial, envolvendo uma maior dimensão geo-económica e uma doutrina de neoliberalismo. O princípio central desta doutrina é a liberdade económica para os poderosos, uma economia que deve ser livre dos impedimentos e “grilhetas” impostas pelos Estados, para tentar regulá-la em nome do interesse público, que são consideradas barreiras ao fluxo livre do comércio e do capital, e à liberdade das empresas transnacionais de explorar a força de trabalho e o ambiente no seu interesse. Por isso, a doutrina argumenta que as economias nacionais devem ser desregulamentadas (i.e. através da privatização das empresas estatais) para promover a distribuição dos recursos pelo “mercado”, o que significa na prática, pelos mais poderosos. O neoliberalismo defende a mobilidade de capitais, o afastamento da produção dos Estados desenvolvidos e a centralização do controlo da economia mundial nas mãos de empresas multinacionais e seus aliados nas agências governamentais, grandes bancos internacionais e instituições como o Banco Mundial, o FMI e a OMC.

A competição global por empregos e investimentos que esta doutrina provocou, teve como resultado o empobrecimento e a marginalização de populações locais, dos camponeses agricultores e dos trabalhadores da indústria, bem como uma redução nos postos de trabalho e nas condições sociais e ambientais, aquilo a que se chamou “o nivelamento por baixo”. Um dos exemplos mais conhecidos dos movimentos que se rebelaram contra este estado de coisas foi o “Movimento Zapatista” do México.

Como este, vários exemplos de resistência ao neoliberalismo surgiram em todo o mundo nos últimos 15 anos. Movimentos de guerrilha, sociais, de direitos humanos, organizações não-governamentais, ambientais e locais. Esta resistência é frequentemente uma resposta a condições locais que são em parte produto de forças globais, resistência que existe quer a nível local, quer global. Em contraste com o discurso político oficial sobre a economia global, estes movimentos articulam uma “globalização por baixo” que envolve uma “geopolítica por baixo”, uma rede

internacional emergente de grupos, organizações e movimentos sociais.

Vários autores propuseram uma agenda para este tipo de resistência, para contrariar e transformar a agenda do neoliberalismo, onde se inclui a revitalização das práticas democráticas e das instituições públicas, a promoção da sustentabilidade económica e ambiental, o encorajamento das raízes do desenvolvimento económico, e a responsabilização das empresas transnacionais pelo cumprimento de códigos de conduta.

#### 10. Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001

Um dos comentários que mais comuns sobre os atentados de 11 de Setembro de 2001, é que “mudaram tudo”! Apesar de tal ser correcto de algumas perspectivas, é arriscado atribuir uma data ou um acontecimento específicos para determinar um momento-chave da História. Na realidade, os ataques de 11 de Setembro assentaram em tendências muito mais profundamente enraizadas na Geopolítica pós-moderna actual. Vários estudiosos destes assuntos, nomeadamente **Timothy Luke**, referem essencialmente três: as vulnerabilidades e riscos de viver em sistemas tecnico-científicos complexos, os conflitos culturais das sociedades industriais e das redes virtuais, e a natureza da globalização após o fim da Guerra Fria.

Durante o séc. XX, o projecto de modernização fez competir a promessa de democracia, abundância, igualdade e razão contra as tradicionais injustiças da pobreza rural generalizada, dos privilégios da aristocracia e das religiões opressivas. Com o triunfo da tecnologia sobre a natureza, do secular sobre o sagrado, e da abundância sobre a pobreza, pensava-se que a ciência tinha melhorado a vida. Mas a importância da ciência, as suas técnicas e a sua racionalidade não conseguiram fazer com que a humanidade vivesse razoavelmente, sem mitos, fraudes ou superstições. Por isso, a “pós-modernidade”, a promessa de mudança e de progresso constante, começou a colapsar. A “pós-modernidade” aconteceu de facto, mas com o falhanço das expectativas de que a razão e a liberdade seriam os grandes paradigmas da história humana. Uma busca incessante do lucro e do êxito parecem ser, ao contrário, a essência das condições da actual “pós-modernidade”, que estão a criar um novo sistema social para além do capitalismo clássico, proliferando através do “espaço global do capital multinacional”. Parece que o objectivo das forças científicas e tecnológicas que apoiam as grandes empresas já não tem como base a linguagem da verdade, mas sim do desempenho, isto é, a melhor relação *input-output*. Fazendo do consumo de mercadorias um modo da vida moderna, a “pós-modernidade” representa o capitalismo rápido dos mercados: rejeita estruturas fechadas, territórios fixos, espaços sagrados e fronteiras fixas, em favor de fluxos instáveis, práticas secularizadas e fronteiras permeáveis.

A violência não-estatal organizada surgiu durante a Guerra Fria, em guerras de libertação nacional e secessões étnicas, tolerada pelas duas superpotências até 1990, por ter provado ser uma ferramenta útil nos conflitos fronteiriços entre o capitalismo e o comunismo. Porém, no vácuo político criado em muitos estados após aquela data, aquelas entidades adquiriram poderes quase-soberanos em muitas áreas e tornaram-se núcleos não-estatais de violência organizada com capacidade de jogar o seu poder institucional, quer a nível local, quer a nível global.

Após os ataques de 11 de Setembro, os EUA entraram num “estado de guerra” contra “guerreiros sem estado”, uma situação que não existia desde as campanhas contra os nativos americanos, nos séculos XVIII e XIX. Os EUA necessitam perguntar-se urgentemente quais os erros estratégicos, as inconsistências políticas e as descontinuidades económicas que caracterizaram o seu papel global como última superpotência, para que tais tendências anti-modernas se tenham tornado endémicas.

Muitos continuam a ver hoje os ataques terroristas como incidentes de uma guerra santa neo-medieval, cuja finalidade é fazer cair as nações ocidentais altamente modernizadas que abusam e exploram as nações islâmicas. Todavia, eles são também a resposta desesperada ao falhanço da modernidade trazida pela globalização empresarial ao mundo dos pobres e dos sem poder. A “nova ordem mundial” de 1991 negligenciou e fez com que grandes partes do “segundo” e “terceiro” mundos caíssem num caos retrógrado sem paralelo desde o séc. XVII. As redes terroristas por detrás dos ataques de 11 de Setembro representam um falhanço profundo da modernidade, uma farpa cravada no triunfalismo dos últimos 15 anos. Em contrapartida a Hong Kong, a Singapura ou a Seul, existiram Grozny, Kabul, Luanda, Kinshasa, Sarajevo e Mogadíscio. Grandes áreas do mundo não têm controlo territorial das instituições de Estados-Nação modernos. Muitas regiões do mundo regressaram a relações de comércio em que os mercados negros de pedras preciosas, petróleo, drogas, madeiras ou mesmo de pessoas, eclipsaram a livre troca de bens e serviços legítimos.

Para muitos, a globalização é a figura chave que faz a ligação entre o capitalismo neoliberal, as técnicas de informação, o consumo maciço da cultura e os mercados mundiais integrados da Geopolítica pós-moderna. Porém, ao mesmo tempo, as redes terroristas da Al-Qaeda e as suas

estruturas celulares com ligações muito “soltas”, são também exemplos vivos da globalização contemporânea.

Os EUA necessitam reflectir em que extensão as ideologias globalistas de hoje, com os seus sistemas neoliberais de produção industrial e reprodução cultural massificada estão a ser o rastilho dos cruéis conflitos que está a ter com o terrorismo. A modernidade tem falhado em muitos locais à volta do mundo, e os modelos dominantes da economia e da política neoliberais não estão inocentes neste assunto.

## 11. Conclusão

Os textos sobre Geopolítica são ainda formas de poder ou de conhecimento. Por eles sabemos que as ideias geográficas são componentes importantes das doutrinas estratégicas dos estados, dos processos e das retóricas de fazer política dos políticos, das críticas dos dissidentes e das discussões académicas sobre os assuntos mundiais. A leitura desses textos mostra também a rapidez com que o significado político de determinados “locais” pode mudar, e como devemos ser prudentes sobre prognósticos geopolíticos: o que parece muitas vezes sólido e permanente, acaba por ser temporário e fluido. Tal acontece porque os “atributos naturais” que são utilizados para formar a linguagem geopolítica são “construções sociais”.

A ideia de Mackinder de que existem causas geográficas para a História, não é totalmente errada, se interpretada em sentido lato. Mas as alterações dramáticas nos modelos globais de poder no final do século XX, forçadas pelas alterações económicas e tecnológicas, parecem sugerir que as chaves para a compreensão da política global requer uma teoria bastante mais sofisticada do que aquela que se concentra no controlo da *Heartland*. A atenção aos processos de mudança rápida, em vez de a modelos geográficos eternos, fornece ferramentas de análise mais úteis. Na última década, a rapidez da mudança foi especialmente dramática.

No meio de todas as discussões sobre o comércio livre e a globalização, é normalmente excluído um tema importante, que é o crescimento das empresas transnacionais e as consequências políticas das suas acções. Em termos de puro poder económico, várias empresas, fazem parecer alguns Estados como anões. Nos discursos geo-económicos do neoliberalismo, tais desenvolvimentos são considerados como uma organização de poder e riqueza correcta não merecendo, por isso, comentários. Porém, como tem sido o caso das companhias petrolíferas durante muitas décadas, as grandes empresas têm tido impactos substanciais nas políticas externas e nos interesses geopolíticos dos Estados mais poderosos.

Desde o fim da Guerra Fria, os temas dominantes na política global têm sido uma mistura da celebração da suposta vitória do Ocidente com o redobrado apoio às práticas de comércio neoliberal na economia global. Porém, estas celebrações têm contrastado com os receios de que todo o sistema se desmorone, como resultado das rivalidades económicas, do alargamento do crime organizado, das migrações desestabilizadoras, da degradação ambiental, ou de choques de civilizações. Estes receios de uma “vertigem” ou de um “caos” geopolítico têm surgido com várias formas. A análise da situação actual parece sugerir que as visões de integração económica global e de conflito tribal local, são ambas essenciais para tentar compreender o futuro.

Ao repensar a economia política contemporânea, M. Castells propôs que as ligações complexas da vida global na era da informação pode ser melhor compreendida em termos do aparecimento de uma “sociedade em rede”. As redes sugerem ligações e elos em vez de barreiras espaciais.[9]

Para alguns autores, esta integração da economia global e das redes dos fluxos de informação parece assegurar que a ameaça de uma guerra entre grandes Estados industriais é uma coisa do passado. Outros especularam que estas possibilidades tecnológicas mudaram a importância de tal maneira que a política contemporânea é melhor compreendida se falarmos de “cronopolítica” – uma política de velocidade e de tempo, em vez de território e de distância. Outros ainda afirmam que o território perdeu o seu significado e que a velocidade é mais importante em política do que o local; o espaço é um assunto de electrónica e não de território. Mas, ainda para outros, as considerações geopolíticas continuam a ser de primordial importância e que o poder militar é hoje compreendido em função do poder da informação.

Apesar de tudo, os fluxos de informação e os tempos de reacção, a tecnologia por si só não são responsáveis por decisões e acções políticas. O que é muitas vezes esquecido nesta discussão sobre tecnologia da informação é que a sociedade da informação ainda depende dos abastecimentos de combustíveis para fazer andar os carros e fornecer electricidade para os computadores e para os telefones. Os fornecimentos de combustíveis ainda são essenciais às economias do mundo pós-industrial. Adicionalmente, a abertura e a interligação das fontes de informação electrónica, torna a sociedade dependente delas potencialmente vulneráveis, quer de

“piratas” informáticos, quer mesmo de uma “ciber-guerra” com uma potência hostil.

O actual apoio generalizado, entre os decisores políticos, aos discursos geo-económicos do neoliberalismo, não é contudo suficiente para tornar claro qual, se alguma, das correntes geopolíticas actuais se tornará hegemónica na compreensão do período pós- Guerra Fria. Muito do que se escreve actualmente defende que o estado territorial está a perder importância e que os assuntos militares têm menor significado na política das grandes potências. Mas declarar que o fim da “guerra fria” e o aparecimento do actual sistema económico global, significam o fim da história ou o fim da geopolítica do final do século XX, é esquecer alguns dos pontos-chave sobre Geopolítica.

Em todas as discussões sobre acelerações e alterações nos arranjos geopolíticos, deixa-se frequentemente de parte o destino daqueles que são marginalizados pelos processos económicos de globalização. Podem não ter “modems”, não conhecer os detalhes das estatísticas económicas, nem perceber o significado militar dos satélites de reconhecimento que os sobrevoam, mas pagam o preço das acções militares em muitas partes do mundo e conhecem directamente as alterações económicas profundas que estão a concentrar riquezas fabulosas nas mãos das elites económicas e políticas que estão mergulhadas aos circuitos globais do capital. Os pobres e os marginais não lêem normalmente teorias geopolíticas, e esta é a razão porque a política de como, a maior parte das vezes, não são representados, é uma parte importante de qualquer análise crítica da Geopolítica, tida como um modo de influência e poder com consequências políticas.

Os textos sobre Geopolítica não são “neutrais”, escritos de posições exteriores à política, à história ou à geografia, tentando responder a uma questão aceite por todos. Tal é apenas uma tática retórica utilizada repetidamente para convencer os leitores que o autor do texto é imparcial nessa resposta. Normalmente, esse tipo de resposta é precursora de decisões políticas e do exercício do poder por parte de algum governo, empresa ou agência.

#### BIBLIOGRAFIA

ÅGNEW, John – *Geopolitics – Re-visioning world politics*, Routledge, London & New York, 1997.

BREZHNEV, Leonid – “Soberania e a obrigação internacionalista dos países socialistas”, *Pravda*, 1968.

CASTELLS, Manuel – *The rise of the network society*, London, Blackwell, 1996.

HAGGMAN, Bertil – “Geopolitics, the United States, the Eurasian transcontinental bloc, and China”, em [www.algonet.se/~jman/bertil/geous.html](http://www.algonet.se/~jman/bertil/geous.html)

KENNAN, George – “The sources of soviet conduct”, em “*Foreign Affairs*”, n.º 25, 1947.

LUKE, Timothy W. – “Postmodern geopolitics in the 21.st century: Lessons from the 9.11.01 terrorist attacks”, em [www.gechs.uci.edu/luke\\_paper.pdf](http://www.gechs.uci.edu/luke_paper.pdf)

MARTINS, Raul François – “Geopolítica e Geoestratégia: para que são e para que servem?”, *Revista “Nação e Defesa”*, n.º 76, IDN, 1996.

O’TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon & ROUTLEDGE, Paul (editores) – *The geopolitics reader*, Routledge, London, 1998.

PEZARAT CORREIA, Pedro”*Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol. I – Conceitos, Teorias e Doutrinas*”, Quarteto, Coimbra, 2002.

PEZARAT CORREIA, Pedro”*Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Vol. II – Análise geoestratégica de um mundo em conflito*”, Quarteto, Coimbra, 2004.

POLELLE, Mark R. – “Imagined hegemonies: Geopolitics and foreign policy in the twentieth century”, em [history.rutgers.edu/graduate/ab95pole.htm](http://history.rutgers.edu/graduate/ab95pole.htm)

RAMALHO, José L. Pinto – *A estratégia de futuro da OTAN e a posição de Portugal*, IRI/ISCSP, Lisboa, 1992.

REUBER, Paul – “Conflict studies and critical geopolitics – theoretical concepts and recent research in political geography”, em [www.ru.nl/socgeo/html/files/geogviolence/ReuberGeoJournal.pdf](http://www.ru.nl/socgeo/html/files/geogviolence/ReuberGeoJournal.pdf)

TOSTE, Octávio – *Teorias geopolíticas*”, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1993.

WALKER, M. – *The cold war: A history*, Holt, New York, 1993.

[1] LUKE, Timothy – “The discipline of security studies and the codes of containment: Learning from Kuwait”, em “The geopolitics reader”, pp. 140-141.

[2] N.A: *think-tank* – grupo de trabalho de especialistas que estuda um assunto específico.

[3] LUKE, Timothy – obra citada, pp. 140-142.

[4] REUBER, Paul – obra citada.

[5] KAPLAN, Robert – “The coming anarchy” – em “The Geopolitics reader”, p. 190.

[6] KAPLAN, Robert – obra citada, pp. 190-195.

[7] ROUTLEDGE, Paul – “Geopolitics reader”, pp. 245-253.

[8] KONRAD, George – “*Antipolitics: A moral force*”, em “The Geopolitics reader”, pp. 283-285.

[9] CASTELLS, Manuel – “*The rise of the network society*”, London, Blackwell, 1996.

## **56 TEXTOS RELACIONADOS:**

**2012/05/23**

### **AS DECLARAÇÕES FINAIS DA CIMEIRA DE CHICAGO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2012/05/05**

### **A CIMEIRA DE CHICAGO E O RELACIONAMENTO TRANSATLÂNTICO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2012/03/28**

### **A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS**

*João Pires Neves[1]*

**2012/03/24**

### **A CIMEIRA DE CHICAGO: RUMO AO FUTURO**

*Pedro Santos Jorge[1]*

**2011/05/09**

### **ESTUDOS SOBRE O FUTURO DO FENÓMENO DA GUERRA**

*João Nunes Vicente[1]*

**2011/01/17**

### **A EVOLUÇÃO DA POSTURA ESTRATÉGICA DA NATO[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/11/07**

### **AS “NOVAS MISSÕES” DA NATO[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/09/24**

### **O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO. DUAS QUESTÕES POLÉMICAS[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/09/21**

### **OTAN 2020 – REFORÇO DA DEFESA COLECTIVA E AFIRMAÇÃO DA SEGURANÇA COOPERATIVA – O MODELO POSSÍVEL, NECESSÁRIO OU DE TRANSIÇÃO?**

*Rui Ribeiro Vieira[1]*

**2010/05/18**

### **O RELATÓRIO ALBRIGHT**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2010/02/19**

### **TOWARDS A HOLISTIC VIEW OF WARFARE**

*João Vicente[1]*



**2010/02/16**

**DAS “NOVAS CRISES”:** BREVES CONTRIBUTOS PARA A SUA CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL

*Luís Falcão Escorrega[1]*

**2010/01/21**

**O PLANEAMENTO POR CENÁRIOS NUM MUNDO INCERTO**

*Daniela Siqueira Gomes*

**2010/01/04**

**INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA ACTUALIDADE - ENTENDIMENTO E APLICAÇÕES[1]**

*Nanahira de Rabelo e Sant’Anna[2] (Brasil)*

**2009/05/20**

**A GEOPOLÍTICA: CIÊNCIA DO CONFLITO NO ESPAÇO DO PODER**

*António Paulo Duarte[1]*

**2009/05/03**

**GEOPOLÍTICA DA GUERRA**

*Manuel Saraiva*

**2008/07/17**

**SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](II PARTE)**

*Victor Mota[2]*

**2008/07/16**

**SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](I PARTE)**

*Victor Mota[2]*

**2008/06/26**

**SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]**

*Francisco Proença Garcia[2]*

**2008/06/01**

**A PASSAGEM ÁRTICA DO NOROESTE[1]**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/04/14**

**A IMAGEM DUALISTA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS**

*Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)*

**2008/03/25**

**O QUE SERÁ A RÚSSIA DE MEDVEDEV?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/03/18**

**RETERRITORIZAÇÃO UTILIZANDO OS BIOMAS COMO UNIDADES ADMINISTRATIVAS**

*Fernando Baggio di Sopra[1] (Brasil)*

**2008/02/19**

**A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORISMO[1]**

*Tiago Alexandre Maurício*

**2008/02/01**

**QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCARESTÉ?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2008/01/06**

**CRIMINALIDADE ORGANIZADA, TERRORISMO E INTELLIGENCE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO[1]**

*Fernando Silva Chambel[2]*

**2007/12/16**

**PARA ALÉM DA GUERRA[1]**

*Sandro Mendonça[2]*

**2007/12/12**

**A MELHOR FORMA DE COMEMORAR OS 60 ANOS DA NATO**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2007/11/11

**WAR IN THE XXI CENTURY[1]**

*Francisco Proença Garcia*

2007/09/30

**A GEOPOLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE[1]**

*Irene Maria Nunes[2]*

2007/07/02

**A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA LITUÂNIA**

*Daniela Siqueira Gomes[i]*

2007/06/05

**O SUCESSOR DE PUTIN**

*Alexandre Reis Rodrigues*

2007/04/27

**POLÍTICA DE DEFESA E INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: PRIORIDADES PARA UM PAÍS COMO O BRASIL [1]**

*Fábio Pereira Ribeiro[2]*

2007/04/15

**SEGURANÇA E DEFESA: UM ÚNICO DOMÍNIO?**

*Francisco Manuel Gomes[1]*

2007/03/23

**O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (2ª PARTE)**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

2007/03/22

**O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (1ª PARTE)**

*Eduardo Silvestre dos Santos*

2007/02/13

**A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]**

*João Vicente[2]*

2007/01/21

**OS RECURSOS ENERGÉTICOS DO CAZAQUISTÃO E OS SEUS EFEITOS NO REALINHAMENTO ESTRATÉGICO: UM NOVO GRANDE JOGO?**

*Hugo Palma[1]*

2007/01/20

**O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (III PARTE)**

*João Brandão Ferreira*

2007/01/19

**O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOEPOLÍTICAS (II PARTE)**

*João Brandão Ferreira*

2007/01/18

**O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (I PARTE)[1]**

*João Brandão Ferreira*

2006/11/23

**LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN**

*Miguel Fernández y Fernández [1]*

2006/10/26

**A CAMINHO DE RIGA, PELO AFEGANISTÃO[2]**

*Miguel Moreira Freire[1]*

2006/10/26

**A GEOPOLÍTICA DE RATZEL, LA BLACHE E KJELLEN E O ECLODIR DA I GRANDE GUERRA**

*Hugo Palma[1]*

2006/10/19

## **A UTILIDADE DA FORÇA. A ARTE DA GUERRA NO MUNDO MODERNO[1]**

*Miguel Moreira Freire*

**2006/08/13**

### **UM ACORDO DE CESSAR-FOGO SEM DATA MARCADA?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/08/07**

### **LÍBANO. AS SAÍDAS DA CRISE**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/08/02**

### **A ESTRATÉGIA DO HEZBOLLAH NA GUERRA CONTRA ISRAEL**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/08/01**

### **A ESTRATÉGIA ISRAELITA NO LÍBANO. ACABARAM AS VITÓRIAS RÁPIDAS?**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/07/30**

### **LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]**

*Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)*

**2006/07/18**

### **O FUTURO DA NATO**

*António Borges de Carvalho*

**2006/07/17**

### **A CIMEIRA DA NATO EM RIGA**

*Alexandre Reis Rodrigues*

**2006/01/03**

### **CONCEITOS E ESTRATÉGIAS. O FIM DO PORTUGAL DO MINHO A TIMOR**

*João Brandão Ferreira*

**2005/11/03**

### **A TRANSFORMAÇÃO DOS CONFLITOS ARMADOS E AS FORÇAS RMC**

*Francisco Proença Garcia*

**2005/09/23**

### **AS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS E A SEGURANÇA DOS ESTADOS**

*Francisco Proença Garcia*

**2005/09/23**

### **AS GUERRAS DO TERCEIRO TIPO E A ESTRATÉGIA MILITAR**

*Francisco Proença Garcia*